A luta por Educação no campo brasileiro: do Ruralismo Pedagógico ao Programa Escola da Terra

Luiz Bezerra Neto
Universidade Federal de São Carlos-BR

Resumo: A discussão sobre a necessidade de se educar o homem do campo no Brasil é antiga. Já na década de 1920 foi criado um movimento que se autodenominou ruralismo pedagógico e que buscou educar o trabalhador rural. Este movimento perdurou até a década de 1950.
Na década de1950, 63,84% da população brasileira vivia no meio rural e a média de alfabetização era inferior a 7% neste meio, sendo que nos estados do Nordeste estes índices eram inferiores a 4%. Com estes índices de analfabetismo, lançou-se no país a campanha nacional de educação rural – CNER, com objetivo de capacitar e/ou formar professores para atuar nas zonas rurais com o intuito de melhoria da educação e das instalações escolares rurais.
A partir da década de 1980, com a queda do regime civil-militar e o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, a luta pela educação do campo ganhou espaço, quer com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, quer com o Programa Escola da Terra, criado pela Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão, a partir dos anos 2000. O objetivo deste texto é discutir a educação escolar no campo desde o ruralismo pedagógico até nossos dias.

Palavras-chave: Estado. Política Educacional. Homem rural.

A luta por Educação no campo brasileiro: do Ruralismo Pedagógico ao Programa Escola da Terra

Luiz Bezerra Neto
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Email: lbezerra@ufscar.br

Discutir sobre a educação do homem que vive no campo no Brasil sempre foi um problema, dado que em sendo até a metade do século XX, um país predominantemente agrário, se via às voltas com um desafio persistente: a educação dos trabalhadores rurais. A questão da formação do homem do campo, sobretudo quando se visava sua permanência na terra constitui-se em um tema central, principalmente entre as décadas de 1920 e 1950, permeando discussões e tentativas de solução ao longo das décadas seguintes.

Este texto busca discutir sobre esta relação desde os primórdios do movimento autodenominado Ruralismo Pedagógico até as iniciativas mais recentes, passando pela atuação de movimentos sociais e políticas públicas que buscaram e buscam transformar a realidade dos trabalhadores rurais.

É importante ressaltar que o referido movimento surgiu em um contexto em que a grande maioria da população brasileira, cerca de 63,84% em 1950, vivia no meio rural e a taxa de alfabetização naquele ambiente era alarmantemente baixa, pois, segundo dados oficiais era inferior a 7% (e em algumas regiões do Nordeste, caindo para menos de 4%), daí a necessidade de educar o homem do campo tornava-se algo urgente necessário.

O Ruralismo Pedagógico, impulsionado por intelectuais como Sampaio Dória, Lourenço Filho, Sud Mennucci, Thales de Andrade e Noêmia Saraiva de Mattos Cruz, diretora do Grupo escolar do Butantã em São Paulo, propunha uma educação voltada para as especificidades do meio rural, buscando não apenas alfabetizar, mas também capacitar os trabalhadores para as atividades agrícolas e, fundamentalmente, fixá-los no campo.

A ideia central do referido movimento era conter o êxodo rural, que já se configurava como um problema social e econômico para a aristocracia agrária brasileira. Os defensores dessa pedagogia acreditavam que, ao oferecer uma educação adaptada às suas necessidades e anseios, os trabalhadores e pequenos proprietários rurais seriam encorajados a permanecerem em suas terras, contribuindo para o desenvolvimento agrário

do país. Para isso, o currículo escolar elaborado e proposto pelo Ruralismo Pedagógico enfatizava a agricultura, a zootecnia, a higiene, a moral e a cidadania, sempre com uma forte conexão com a vida prática e as atividades cotidianas do meio rural. As escolas rurais, neste sentido, teriam que serem concebidas como centros de irradiação de progresso, onde a teoria e a prática deveriam se entrelaçar com vistas à formação integral do indivíduo daquele meio.

Apesar da relevância do tema que abordava, o Ruralismo Pedagógico enfrentou desafios significativos, dada a escassez de recursos, a falta de professores qualificados para atuar no meio rural e a dificuldade de adaptação dos modelos pedagógicos à diversidade das realidades agrárias brasileiras, o que contribuiu para limitar seu alcance. Apesar destas dificuldades, o movimento teve o mérito de colocar o problema da educação rural em pauta, pavimentando o caminho para futuras iniciativas e debates sobre o tema.

Diante do contexto educacional verificado no meio rural até a década de 1950, foi lançada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). Essa iniciativa, em consonância com as preocupações levantadas pelo Ruralismo Pedagógico, tinha como objetivo principal a capacitação e formação de professores para atuar nas zonas rurais. Acreditava-se que a melhoria da qualidade da educação no campo passava, necessariamente, pela qualificação dos professores que deveria atuar naquele meio.

A CNER buscou, de certa forma, suprir a carência de profissionais aptos a enfrentar os desafios de uma sala de aula no meio rural, onde a infraestrutura era quase sempre muito precária e os recursos didáticos ali alcançados eram pouco promissores, frente aos resultados alcançados nas escolas do meio urbano.

A campanha de educação rural tinha por objetivo a promoção de cursos de formação continuada visando o aprimoramento da formação pedagógica e, em alguns casos, a criação de escolas normais rurais, dedicadas exclusivamente à formação de educadores para o campo. Além da formação de professores, a CNER também visava a melhoria das instalações escolares rurais, buscando construir e reformar prédios, equipar salas de aula e proporcionar um ambiente mais adequado ao aprendizado.

Embora a CNER tenha representado um esforço significativo do Estado para enfrentar o problema da educação rural, seus resultados não podem ser vistos como muito positivos. A vastidão do território brasileiro, a dispersão da população rural e as limitações orçamentárias dificultaram a plena concretização de seus objetivos, embora a campanha tenha contribuído para a conscientização sobre a importância da educação no

meio rural e para a formação de uma geração de professores voltados para a atuação nesse meio.

A luta por educação no meio rural não parou na década de 1950. A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização política e a queda do regime civil-militar, o contexto político e social passou por profundas transformações. Nesse contexto de lutas e efervescência democrática, emergiu com força o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Inicialmente focado na luta pela reforma agrária e pela distribuição de terras, o MST rapidamente percebeu a intrínseca relação entre a posse da terra e o acesso à educação e, a partir de suas lutas passou a defender que os trabalhadores não tem que abandonar o campo para ter acesso à escola.

Para o MST, a educação não pode ser compreendida apenas como um direito, mas uma ferramenta fundamental para a emancipação dos trabalhadores rurais. Em seus acampamentos e assentamentos, o movimento começou a construir, ainda na década de 1980, suas próprias escolas, pautadas em uma pedagogia libertadora e crítica, que dialogava com a realidade dos camponeses e com a luta pela terra. A educação no MST é vista como um processo contínuo de formação política, social e cultural, que capacita os indivíduos a compreenderem sua realidade, a lutarem por seus direitos e a construírem um projeto de sociedade mais justa e igualitária.

O protagonismo do MST na luta pela educação do campo foi fundamental para a visibilização de políticas públicas educacionais para os trabalhadores rurais, sobretudo através da pressão exercida sobre os vários governos de plantão a partir daquele momento. O movimento demonstrou, na prática, que a educação rural não podia ser apenas um anexo da educação urbana, mas um campo específico de lutas, com suas próprias demandas e particularidades.

Através de suas lutas e mobilizações, decorrentes de sua organização, o MST juntamente com outros movimentos sociais e sindicais que atuam no meio rural influenciou a criação de algumas políticas públicas e programas voltados para a educação do campo. Dentre os principais programas e políticas de educação do trabalhador rural, destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, programa sobre o qual falaremos a seguir.

A partir do final do século XX e início do XXI, com o aumento dos conflitos no meio rural passou-se a discutir sobre a possibilidade de se pensar nas especificidades da educação do campo. Assim, com a crescente pressão dos movimentos sociais sobre os vários governos que assumiram a direção do país, tornou-se possível a criação de

importantes políticas públicas voltadas para a educação do homem do campo. Dentre estas políticas destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Assim, em 1998, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Esse programa, que inicialmente estava voltado para a educação de jovens e adultos se tornou um marco na história da educação do campo no Brasil ao atingir o objetivo de promover a educação nas áreas de reforma agrária e àquelas pessoas que eram beneficiárias das áreas de quilombolas, ribeirinhos e atingidos por barragens.

Com o passar dos tempos e a luta dos movimentos o PRONERA deixou de se limitar à alfabetização, buscando oferecer formação em diferentes níveis de escolaridade, desde a educação básica até o ensino superior, adaptando os currículos e as metodologias às necessidades e realidades dos assentados e acampados.

Uma das características mais inovadoras do PRONERA é a sua gestão compartilhada, que envolve o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), universidades públicas e movimentos sociais e sindicais do campo, como o MST e a Contag. Essa parceria tem permitido a construção de propostas pedagógicas mais alinhadas com as demandas dos trabalhadores rurais e a implementação de ações mais efetivas para os trabalhadores do campo. O PRONERA tem contribuído significativamente para a elevação da escolaridade no campo com a valorização da cultura camponesa e o fortalecimento das organizações sociais nas áreas de reforma agrária.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária tem sido um pilar fundamental na promoção da educação para comunidades do campo, assentados da reforma agrária e povos tradicionais no Brasil. Desde sua criação, o programa busca levar escolaridade e formação profissional onde ela mais precisa, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social e econômico dessas populações.

Assim, segundo dados do INCRA até abril de 2024, o PRONERA já havia transformado a vida de 192.764 estudantes por meio de 545 cursos espalhados por todo o território nacional. Essa vasta gama de formações abrange desde a alfabetização e os ensinos fundamental e médio, até cursos de graduação e pós-graduação, demonstrando a amplitude de atuação do programa.

A força do PRONERA reside em suas parcerias estratégicas. O programa atua em estreita colaboração com universidades federais e outras instituições de ensino. Embora não haja um número consolidado de todos os convênios firmados ao longo da

história do PRONERA, sabe-se que essa articulação é contínua e fundamental. Por exemplo, em dezembro de 2022, o Incra, órgão responsável pela execução do PRONERA, firmou novos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com universidades federais, viabilizando o início de novos cursos e a expansão do programa.

No âmbito dessas colaborações, as universidades desempenham um papel crucial na oferta de cursos de nível superior. A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por exemplo, já formou cerca de 130 alunos em Medicina Veterinária através do PRONERA, e continua com novas turmas em andamento e outras iniciadas em 2023. Em um levantamento de 2019, foi revelado que, em seus 20 anos de existência até aquele momento, o programa havia proporcionado o acesso ao ensino superior para 5,9 mil pessoas em todo o país.

Os números do PRONERA são dinâmicos e refletem o compromisso contínuo em levar educação de qualidade para aqueles que vivem no campo, promovendo inclusão e novas perspectivas. Os cursos de nível superior para as populações do campo aumentaram em importância principalmente a partir da década de 1980, momento da redemocratização política.

Com a luta pela redemocratização veio também a luta por escola, aí a burguesia e as camadas médias da sociedade retiram sues filhos das escolas gratuitas e levaram para escolas particulares nos níveis de primeiro e segundo graus. Com isso, levaram também os conteúdos escolares, causando um processo de desconteudização da escola da classe trabalhadora.

Ocorre que para adentrar nas escolas públicas que a burguesia reservou para si, no nível superior, os estudantes da classe trabalhadora tinham que dominar os conhecimentos que foram sequestrados das escolas públicas. Como estes estudantes não tinham acesso a estes conteúdos não podiam dominá-los e viam obrigados a estudar em faculdades particulares, a maioria de qualidade duvidosa enquanto camadas da classe média alta e da classe alta ficavam com as vagas nas universidades federais e estaduais, as melhores do país.

Assim, os cursos superiores do PRONERA puderam possibilitar que os estudantes do campo que jamais sonharam com o ingresso em universidades públicas, pudessem fazer um curso superior de excelente qualidade.

Além do PRONERA, outra política pública importante para os estudantes do meio rural foi o Programa Escola da Terra, criado a partir dos anos 2000, quando o governo liderado por Luís Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Educação

Continuada, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação. Este programa tem como foco principal a formação continuada de professores que atuam em escolas do campo, buscando qualificá-los para uma prática pedagógica contextualizada e de qualidade. O Programa Escola da Terra reconhece que as escolas do campo possuem especificidades que exigem uma formação diferenciada dos educadores, que os capacite a lidar com a diversidade cultural, social e econômica do meio rural.

Além da formação de professores, o Programa Escola da Terra também apoia a criação de currículos adaptados à realidade do campo, a produção de materiais didáticos específicos e a melhoria da infraestrutura das escolas rurais. A iniciativa busca fortalecer a identidade da escola do campo como um espaço de desenvolvimento local, de valorização da cultura camponesa e de garantia do direito à educação para todos os que vivem no meio rural.

Desta forma podemos afirmar que a trajetória da educação rural no Brasil é marcada por avanços e desafios persistentes. Embora iniciativas como o Ruralismo Pedagógico, a CNER, o PRONERA e o Escola da Terra tenham contribuído para a melhoria da educação no campo, a realidade ainda é complexa. A evasão escolar, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de professores qualificados e a ausência de políticas públicas continuadas e abrangentes continuam sendo obstáculos a serem superados.

Apesar dos avanços, a educação do campo ainda luta por reconhecimento e valorização. A concepção de que a escola rural é um "anexo" da escola urbana, ou de que a educação no campo é "inferior", ainda permeia o imaginário social de grandes parcelas da população. É fundamental que se consolide a ideia de que a educação do campo é um campo de conhecimento e prática específico, com suas próprias particularidades e potencialidades.

O desafio atual é garantir a efetivação do direito à educação para todos os que vivem no campo, com qualidade, equidade e respeito às suas identidades. Isso implica em investimentos contínuos em infraestrutura, formação de professores, produção de materiais didáticos específicos e, sobretudo, no reconhecimento da diversidade e riqueza cultural do meio rural. A educação do campo não é apenas um meio para fixar o homem na terra, mas uma ferramenta poderosa para a construção de um futuro mais justo e sustentável para as comunidades rurais e para o país como um todo.

Referências Bibliográficas

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A educação na reforma agrária**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CALDART, Roseli Salete; GIMENO, Maria Helena; CERIOLI, Paulo. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MESQUITA, Lídia. **Educação rural no Brasil: uma história de lutas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMANHOLI, Ricardo; MENEGHEL, Stela. **Educação do campo e desenvolvimento sustentável: um diálogo necessário**. Curitiba: CRV, 2014.

SÁ, Juvêncio de. **Ruralismo pedagógico e educação do campo: o ideário e as práticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Jucélia Maria Rodrigues. **Educação do campo: caminhos e desafios na construção de uma política pública**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão. **Programa Escola da Terra: Caderno de Apresentação**. Brasília: MEC/SECADI, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/educacao/pronera. Acesso em: 28 jun. 2025.